

continuação

Dock Instituição de Pagamento S.A.

A Resolução Banco Central nº 198/2022 determina que as instituições de pagamentos devem manter, permanentemente, Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 12% em 2025 (em 2024 o percentual mínimo era de 10%). Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio de referência da Dock IP é de R\$ 136.067 (R\$ 164.939 em 31 de dezembro de 2024). Este valor é superior ao patrimônio mínimo requerido, que é R\$ 87.453 (R\$ 73.415 em 31 de dezembro de 2024). **c. Lucros e Prejuízos Acumulados:** O saldo do prejuízo acumulado é resultado principalmente dos movimentos realizados na incorporação parcial das operações da Dock Soluções pela Dock IP.

	2025	2024
Saldo inicial	(115.679)	(159.144)
Lucro/Prejuízo do exercício	909	43.465
Saldo Final	(114.770)	(115.679)

13. Receita Operacional:

	01/07/2025 a 2025	2025	2024
Receita de serviços e outras (i)	86.906	186.384	210.439
Receita financeira (ii)	74.181	132.858	113.728
(-) impostos sobre receita operacional			
(-) COFINS	(3.047)	(6.246)	(7.020)
(-) PIS	(550)	(1.067)	(1.275)
(-) ISS	(1.446)	(3.021)	(3.447)
Total	156.044	308.908	312.425

(i) As receitas de serviços, por sua vez, decorrem das operações de Banking as a Service, com destaque para aquelas relacionadas a parceiros de PIX indireto, bem como tarifas de contas e transações, que em conjunto representam aproximadamente 58% da receita total. (ii) As receitas financeiras são compostas, principalmente, pelos rendimentos das aplicações dos recursos oriundos das contas de pagamento. **14. Custos dos serviços prestados:**

	01/07/2025 a 2025	2025	2024
Bandeira	(10.879)	(22.942)	(19.574)
Conta Bonificada (i)	(41.831)	(75.375)	(48.365)
Armazenamento	(2.543)	(5.766)	(9.191)
Emissão de cartões	-	-	(116)
Processamento (ii)	(21.731)	(49.803)	(62.316)
Monitoramento	(287)	(287)	145
Outros Custos	(2.146)	(4.799)	(7.519)
Total	(79.417)	(158.972)	(146.936)

(i) Os custos relacionados às contas bonificadas referem-se ao repasse do float dos saldos mantidos nas contas dos clientes. (ii) A variação se deu por conta da redução de volumetria de clientes indiretos do PIX Os custos operacionais da Dock concentram-se, principalmente, em despesas com bandeiras, contas bonificadas, armazenamento e processamento. Conforme detalhado na nota explicativa nº 13, o custo relacionado às contas bonificadas corresponde ao float das operações repassado aos clientes, anteriormente classificado como redutor de receita. Já os custos de processamento referem-se, sobretudo, ao processamento de cartões do serviço prestado de BIN Sponsor. **15. Despesas administrativas e gerais:** As despesas administrativas decorrem da estrutura necessária para a execução das operações.

	01/07/2025 a 2025	2025	2024
Pessoal (i)	(32.219)	(66.716)	(47.673)
Amortização/Depreciação	(8.937)	(19.025)	(19.063)
Ocupação	(3.161)	(5.696)	(5.414)
Consultoria (i)	(5.238)	(9.936)	(5.311)
Comissão sobre vendas	116	(10.671)	(12.977)
Utilidades e serviços	(34)	(47)	(125)
Seguros	(212)	(212)	-
(-) Provisão para Perdas esperadas	(7.297)	(8.405)	(1.108)
(-) Perdas Risco de Crédito	(85)	(192)	-
Outras Despesas	(2.987)	(2.834)	(2.700)
Total	(60.054)	(123.734)	(94.371)

(i) As despesas administrativas decorrem da estrutura necessária para a execução das operações. O aumento das despesas de pessoal está relacionado a um processo de reestruturação interna, voltado a assegurar uma melhor prestação de serviços. O aumento das despesas com consultorias está associado a projetos de pesquisa e levantamento de dados. **16. Resultado Financeiro:**

	01/07/2025 a 2025	2025	2024
Receitas:			
Juros ativos	262	1.082	354
Variação cambial ativa	5.701	10.417	14.252
Outras Rec. Financeiras	293	417	408
Total	6.256	11.916	15.014
Despesas:			
Variação cambial passiva	(6.745)	(12.309)	(12.558)
Outras Desp. Financeiras	(4.886)	(9.005)	(6.453)
Total	(11.631)	(21.314)	(19.011)
Total	(5.375)	(9.398)	(3.997)

Dentre os produtos ofertados pela Dock, destaca-se o cartão Visa Travel Money, que possibilita aos portadores a realização de operações de cash out em moeda estrangeira. Essas operações geram, simultaneamente, um ativo e um passivo em moeda estrangeira, sujeitos à variação cambial. Atualmente, o produto encontra-se em processo de descontinuação na Dock, motivo pelo qual se observa a redução dos montantes registrados.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2025	2024
	IRPJ	CSLL
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	12.681	66.878
Adições temporárias	180.789	170.564
Exclusões temporárias	(191.404)	(186.417)
Lucro real tributável	2.066	51.025
Compensação de prejuízo fiscal	-	(627)
Imposto de renda (15%)	310	5.305
Imposto de renda adicional (10%)	31	3.601
Contribuição social (9%)	-	129
Total de despesa com imposto corrente	8.310	8.310
- Ativo Fiscal Diferido	8.310	2.992
Total de imposto de renda e contribuição social	8.651	17.216

18. Estrutura de Gerenciamento de Riscos: Os acionistas e administradores da Dock IP consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações. A Dock IP possui e segue política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e impacto financeiro no fluxo de caixa. Em conformidade com a Resolução nº 352/2023, a operação da Dock IP está enquadrada no Modelo de Negócio de Custo Amortizado, realizando suas apurações contábeis de acordo com os critérios estabelecidos na referida regulamentação. A Dock IP, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do BCB, a Dock IP tem o gerenciamento dos riscos: I - Risco de liquidez - O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Dock IP não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, além de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. A Dock IP implementou estrutura de gerenciamento de riscos corporativos compatível com a natureza de suas atividades e complexidade dos serviços e produtos oferecidos, conforme o tamanho da exposição aos riscos. Contamos com uma estrutura de gerenciamento e controle do risco de liquidez que atua de forma independente às áreas de negócio e é responsável pelas avaliações, monitoramento e reporte, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas. II - Risco de crédito - Tendo em vista que a Dock IP não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma. III - Risco de mercado - A Dock IP emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. IV - Risco operacional - A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da Dock IP, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como auto avaliação, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração. **Classificação por Modelo de negócio:** A Instituição determina a classificação dos instrumentos financeiros, conforme as seguintes categorias:

	2025	2024
	Amortizado	Amortizado
Ativos Financeiros		
Disponibilidades	7.320	35.719
Títulos e Valores Mobiliários	129.906	41.365
Relações interfinanceiras Ativo	1.785.363	1.598.494
Outros créditos	212.177	233.278
Passivo circulante		
Contas de Pagamento Pré Pago	1.654.884	1.467.524
Relações interfinanceiras Passivo	154.114	136.664
Obrigações por transações de pagamento	99.267	78.761
Outras Obrigações	28.262	35.295

19. Eventos Subsequentes: Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos: Diretores e Administradores da Dock Instituição de Pagamento S.A., Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Dock Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dock Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Investimento em participação em controlada:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 6. (iv) às demonstrações financeiras, que informa que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Instituição realizou a aquisição da DM Sociedade de Crédito Direto S.A. Conforme mencionado, o processo de aprovação dessa aquisição foi submetido ao Banco Central do Brasil (BACEN). Até a data de emissão deste relatório, referida autorização ainda não havia sido concluída. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Transações envolvendo partes relacionadas:** Conforme nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Instituição realizou transações com partes relacionadas. Caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros (parte não relacionada), a situação patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, bem como o seu resultado apurado para o exercício findo nessa data, poderiam ser substancialmente diferentes. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva acerca desse assunto. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:** As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentado para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 28 de março de 2025, sem ressalva sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos, relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-030.002/0-7
Anderson Marques Yoshimura - Contador - CRC nº 1SP-293.997/0-3

Marcelo Prudêncio Jacques - Diretor
Valerio Zarro - Diretor
Cleiton Jesus - Contador - CRC 1SP312510

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

